

Raquel Vaz-Pinto

A GRANDE MURALHA
E O LEGADO DE TIANANMEN
a China e os direitos humanos

Prefácio de
Miguel Monjardino

L I S B O A :
TINTA-DA-CHINA
M M X

*Este livro é dedicado à memória da minha mãe Maria (1947-2008),
que me passou o feitiço dos livros, da minha avó Ana (1927-2009),
que me ensinou a importância do quotidiano, e do meu padrinho
e sogro Gonçalo (1927-2009), que me deixou o exemplo de uma vida
cristã vivida na plenitude.*

Fazem-me tanta falta.

*E ao Duarte, meu marido e melhor amigo.
Sem o seu apoio incondicional este livro não teria visto a luz do dia.*

© 2010, Raquel Vaz-Pinto e
Edições Tinta-da-china, Lda.
Rua João de Freitas Branco, 35A
1500-627 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *A Grande Muralha e o Legado de Tiananmen.*

A China e os Direitos Humanos

Autora: Raquel Vaz-Pinto

Prefácio: Miguel Monjardino

Revisão: Tinta-da-china

Composição: Tinta-da-china

Capa: Vera Távares

1.ª edição: Novembro de 2010

ISBN: 978-989-671-058-3
Depósito Legal n.º 319352/10

AGRADECIMENTOS

A GRANDE MURALHA E O LEGADO DE TIANANMEN não teria sido possível sem o desafio inicial e constante estímulo do Miguel Monjardino, o apoio do Pedro Aires de Oliveira e o entusiasmo da Bárbara Bulhosa, da Inês Hugon e de toda a equipa da Tinta-da-china. Agradeço-lhes profundamente por tudo.

O livro foi muito partilhado e discutido com os meus amigos, a quem estou grata pelos comentários, sugestões e críticas: Bruno Cardoso Reis, Conceição Pequito, Elisabete Azevedo, Henrique Burnay, João Pereira Coutinho, Madalena Meyer-Resende, Mónica Dias Tischler, Paulo Zagalo e Melo, Pedro Aires de Oliveira, Rita Bacelar e Rita Seabra Brito.

Um agradecimento muito especial à Diana Soller, que, do outro lado do Atlântico, foi lendo os capítulos do livro à medida que estes eram terminados e sempre com um entusiasmo contagiante. Também agradeço ao Professor João Cardoso Rosas os seus comentários pertinentes, que muito me ajudaram.

Tive a sorte de ter tido excelentes professores. Estou grata ao Professor Carlos Gaspar, que me acompanha desde a licenciatura, e aos meus dois orientadores de Doutoramento, os Professores Robert F. Dernberger e António Vasconcellos de Saldanha, pelo apoio e óptimos conselhos ao longo da minha vida. Eles são para mim uma referência de seriedade e rigor.

Posso afirmar que gosto do meu trabalho. Devo isso ao Professor João Carlos Espada, que me desafiou a leccionar sobre os

meus temas de investigação. Para além do seu estímulo, agradeço-lhe os comentários e as sugestões que fez a este livro. Fizeram toda a diferença.

Também tenho a sorte de trabalhar numa «escola» onde os alunos não são números. Agradeço, por isso, ao Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa e à sua equipa, na pessoa da sua Secretária-Geral, Mariana de Ramos Magalhães.

Escrever é sempre uma tarefa solitária, por vezes angustiante, e pesa muito sobre a nossa família. Não há palavras que façam justiça ao apoio do meu marido Duarte.

Termino com um profundo agradecimento aos meus alunos, pelo desafio constante, as perguntas pertinentes e os debates estimulantes. Aprendo com eles todos os dias.

*27 de Outubro de 2010
Casa do Rossio, Vila de Cabrela*

ÍNDICE

PREFÁCIO 13

INTRODUÇÃO 23

CAPÍTULO I
Wèi Jingsheng e o «Muro da Democracia» 51

CAPÍTULO II
*Liberdade Religiosa:
a «Longa Marcha» de Gendun Choekyi Nyima
e Su Zhimin* 87

CAPÍTULO III
*Liberdade de Expressão e de Associação:
Liu Xiaobo e Han Dongfang* 125

CAPÍTULO IV
*Tortura e Julgamento Justo:
Gao Zhibeng e Hu Jia* 159

CAPÍTULO V
*Pena de Morte:
a Grande Muralha de Silêncio* 191

CONCLUSÃO
*Memória Histórica:
Ding Zilin e as «Mães de Tiananmen»* 231

PREFÁCIO
Miguel Monjardino

N O INÍCIO DE JUNHO, Fu Ying, vice-ministra dos Negócios Estrangeiros da China, esteve em Oslo para consultas com os seus colegas noruegueses sobre as relações bilaterais, a situação política internacional e a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A troca de impressões decorreu de uma forma normal. Antes de sair de Oslo, Fu Ying recebeu na embaixada chinesa Geir Lundestad, o secretário-permanente do Comité Nobel Norueguês. Aí a conversa foi bastante diferente.

De acordo com as declarações feitas por Lundestad à agência de notícias NTB, Fu Ying tornou claro que a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Liu Xiaobo – um defensor dos direitos humanos e co-autor da Carta 08, condenado em 2009 a 11 anos de prisão e a mais dois anos de privação de direitos políticos — seria vista em Beijing como um acto hostil, um acto que prejudicaria as relações da China com a Noruega.

Quatro meses depois, o Comité Nobel Norueguês anunciou que o Prémio Nobel da Paz de 2010 tinha sido atribuído a Liu Xiaobo pela sua longa campanha pacífica a favor dos direitos humanos na China. Beijing reagiu furiosamente ao anúncio. «Isto é uma obscenidade contra o prémio da paz», disse Ma Zhaoxu, o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês. «Liu Xiaobo é um criminoso que violou a lei chinesa. A atribuição do prémio a uma pessoa destas é uma completa violação dos princípios do prémio e um insulto ao prémio da paz.» O embaixador da Noruega

foi chamado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para receber um protesto formal do governo chinês. Liu Xia, a mulher de Liu Xiaobo, foi colocada em prisão domiciliária. As reuniões com membros do governo norueguês foram canceladas.

A fúria da liderança chinesa em relação a Liu Xiaobo e ao Comité Nobel Norueguês mostra-nos duas coisas importantes sobre o modelo político e económico construído nos últimos 30 anos. A primeira tem a ver com a dimensão interna do modelo. A segunda com a dimensão externa. Relativamente à primeira, o modelo começou a integrar a faixa marítima da China na economia internacional e a gerar coisas como crescimento económico, estabilidade e a promessa de uma vida melhor num país traumatizado por décadas de pobreza, violência, anarquia e terror.

O modelo foi posto em causa na Primavera de 1989 na Praça Tiananmen, em Beijing, e em muitas cidades chinesas por estudantes e trabalhadores que pediram a abertura política do país, mais reformas económicas e menos inflação. Ao contrário do que aconteceria meses depois na Europa Central e de Leste, os decisores políticos chineses usaram o poder militar para esmagar os manifestantes. Do ponto de vista destes decisores, a violência e a repressão exercidas foram essenciais para salvar o monopólio político do Partido Comunista Chinês (PCC) e a China do caos interno e do declínio internacional. O ano de 1989 foi crucial na evolução daquilo a que hoje chamamos o Consenso de Beijing, um modelo assente num capitalismo de estado autoritário que tem garantido enorme crescimento económico e prosperidade para vastos sectores da sociedade chinesa e uma transformação extremamente rápida de um país com uma história de grandes cataclismos políticos. Centenas de milhões de chineses vivem hoje uma vida muitíssimo mais agradável e próspera do que a dos seus pais e

avós, que tiveram de suportar o horror do Grande Salto em Frente e da Revolução Cultural. Dezenas de milhões de pessoas morreram por causa das utopias políticas de Mao e dos seus camaradas maoístas. Hoje em dia, as coisas são bem diferentes.

O que é que fica de fora no actual modelo político e económico? Acima de tudo, as liberdades políticas e os direitos humanos. Para os líderes chineses, estas duas coisas são uma ameaça ao seu poder político e económico. Beijing tem compensado a sociedade chinesa com crescimento económico, emprego nas províncias costeiras, uma urbanização desenfreada, migrações internas em larga escala e um crescente apelo ao nacionalismo. Os resultados obtidos eram impensáveis há 30 anos e têm assegurado a estabilidade política e gerado coisas como orgulho e confiança a nível interno.

Dito isto, os decisores da China sentem que estão debaixo de grande pressão para continuar a produzir resultados no campo económico e a aumentar o prestígio internacional do país. Manter a ordem social exige, por exemplo, criar entre dez a 12 milhões de empregos todos os anos, numa economia que está a aumentar a sua produtividade. Manter este estado de coisas no futuro será muito complicado. Numa situação deste tipo, os responsáveis políticos têm pavor de parecer fracos perante a pressão e as críticas vindas do exterior. A fúria pública tende a ser a reacção normal. O Prémio Nobel da Paz e Liu Xiaobo são bons exemplos. Esta fúria governamental visa mostrar força, mas, como veremos, esconde vulnerabilidades importantes.

A dimensão externa é a segunda coisa a ter em conta no Consenso de Beijing. Os resultados económicos conseguidos pela China levaram muitos governos da Ásia, África e América Latina a verem na capital chinesa uma alternativa aos EUA e ao Consenso

de Washington. Neste modelo político e económico, a liberdade política, a disciplina orçamental, a economia de mercado, os direitos de propriedade, as privatizações, a desregulamentação e a abertura ao comércio internacional são vistas como essenciais. No Consenso de Washington, os princípios políticos e a prestação de contas pelos poderes públicos são factores importantes. São também, como sabemos muito bem, factores incómodos para os governantes de países em que as instituições políticas não existem ou, quando existem, são fracas e mais ou menos irrelevantes.

Para muitos decisores com tendências autoritárias ou ditatoriais, o modelo chinês é agora uma alternativa credível às ideias dos Estados Unidos e das democracias liberais mais influentes a nível internacional. Afinal de contas, o Consenso de Beijing tem mostrado que o capitalismo de estado pode realmente produzir resultados económicos de uma forma rápida. Pervez Musharraf, o general que foi presidente do Paquistão entre 1999 e 2008, tornou isto claro numa visita à China em 2003. «O passado pertence à Europa, o presente pertence aos Estados Unidos e o futuro à Ásia. Deixem-me reiterar que o milagre chinês dos últimos 20 anos é um farol para todos os países em desenvolvimento, como o Paquistão.»

A crise financeira e a recessão que se fez sentir sobretudo nos Estados Unidos e na Europa em 2008-2009 diminuiu aos olhos de muitos a credibilidade das propostas políticas e económicas norte-americanas. Num ensaio publicado na *Newsweek* em Outubro de 2008, o influente cientista político Francis Fukuyama escreveu que a crise financeira punha em causa duas das principais exportações norte-americanas desde a altura em que Ronald Reagan assumiu a presidência dos EUA, em 1981: a ideia de um capitalismo assente em impostos baixos, pouca regulação dos

mercados e um governo relativamente pequeno, e a promoção da democracia liberal a nível internacional. Por outras palavras, até Setembro de 2008 os EUA tinham sido um modelo credível. Para Fukuyama, a crise financeira foi um sério revés na credibilidade da «marca» económica e política de Washington.

Em Beijing, Setembro de 2008 e o que se seguiu em termos financeiros, económicos e políticos foram vistos pela elite chinesa como a confirmação de que os EUA e as democracias liberais europeias estavam em declínio e a China a caminho de ser uma grande potência internacional. Gideon Rachman, colunista de política internacional do *Financial Times*, visitou a Universidade de Beijing duas semanas depois do colapso do Lehman Brothers e conversou com Pan Wei, director do Centro de Assuntos Chineses e Globais. «Acredito», disse Pan Wei na altura, «que em 20 anos olharemos os americanos nos olhos como iguais. Mas se calhar isso acontecerá mais cedo. O sistema deles está num caos e eles precisam do nosso dinheiro.» Uns meses depois, na praça financeira de Londres, uma anedota confirmava o sentimento do académico chinês: «capitalismo salvou a China em 1989; a China salvou o capitalismo em 2009». A cimeira dos G-20 em Abril de 2009, em Londres, e a influência da China no seu resultado final assinalaram a chegada de uma nova ordem financeira internacional.

A rapidíssima transformação da economia e da sociedade chinesas, a credibilidade internacional do Consenso de Beijing e a crise financeira de 2008-2009 deram origem a uma situação impensável em 1989, o ano da repressão em Tiananmen e em muitas cidades chinesas: a China acredita que é agora um modelo económico com provas dadas a nível internacional. Em Beijing e nas principais cidades chinesas vivem-se dias de optimismo.

Ao contrário do que aconteceu durante os séculos XIX e XX, a China está finalmente do lado certo da história. Na Europa e nos EUA, o número de livros publicados sobre o país é enorme. Uma série de sondagens internacionais mostra que muita gente acredita que o século XXI será inevitavelmente chinês. Os dois últimos anos têm sido hiperbólicos em relação à China. Quanto ao mundo euro-atlântico, o sentimento é muito diferente. Vivemos agora rodeados por dúvidas económicas e políticas. Sentimos que estamos do lado errado da história. Em 2008, entrámos na era da ansiedade.

Mas, se é realmente assim, como interpretar então o forte ataque do governo chinês ao Comité Nobel Norueguês pela atribuição do Prémio Nobel da Paz a Liu Xiaobo? Será que um governo confiante e optimista não deveria ter reagido de forma completamente diferente? Parte da resposta tem a ver com o prestígio e as aspirações internacionais de Beijing. Como é normal, os líderes chineses querem ser aceites e reconhecidos internacionalmente. O Prémio Nobel da Paz de 2010 e a crítica que lhe está associada é um embaraço do ponto de vista externo. A outra parte da resposta tem a ver com a necessidade de fazer evoluir o modelo político e económico chinês. Esta evolução envolve riscos políticos consideráveis para o Partido Comunista Chinês e está a gerar muito mais incerteza, ansiedade e dúvidas do que normalmente pensamos nos países europeus.

Como foi referido anteriormente, o PCC está debaixo de enorme pressão política por parte da sociedade chinesa. Esta pressão levou os líderes em Beijing e nas províncias a compreender que se quiserem tentar manter o monopólio do poder político terão de começar a renegociar o contrato social entre os cidadãos e o estado nos próximos anos. Para compreender porquê, temos de ter presentes duas coisas.

A primeira é aquilo que foi feito nos últimos 30 anos. E o que foi feito é extraordinário em termos económicos. De 1979 até hoje, a China mudou tanto ou mais do que praticamente todos os países europeus durante todo o século XX. Não é fácil arranjar um termo de comparação histórico equivalente em termos de rapidez ao nível da mudança económica e social. Há 30 anos a China era uma pequena economia fechada e isolada, traumatizada pela loucura da Revolução Cultural, pela fome e a violência. Hoje em dia é a segunda maior economia do mundo, apenas atrás dos EUA. Tudo isto tem sido notícia nos jornais e revistas internacionais.

Há, todavia, uma segunda coisa que é menos mencionada. Se tivermos em conta os números relativos à sua população e à riqueza produzida a nível nacional, a China ainda não é um país rico. Os números do Banco Mundial sugerem que nas províncias do Centro e do Oeste da China, cerca de 500 milhões de pessoas vivem com menos de um euro e meio por dia. Estamos a falar de um número equivalente ao da população de todos os membros da União Europeia. É muita gente, mesmo para o governo chinês. Num país em que a riqueza, as cidades, as infra-estruturas e as empresas exportadoras que têm chamado a atenção do mundo estão praticamente todas concentradas nas províncias marítimas, e em que há uma longa tradição histórica de revoltas populares, esta é uma situação muito delicada do ponto de vista político para o PCC. Além disso, a evolução demográfica da sociedade chinesa mostra que é altamente provável que o país envelheça antes de conseguir tornar-se uma economia verdadeiramente desenvolvida. A China está numa corrida contra o tempo e continua a seguir um modelo político inflexível e repressivo. Beijing é muito mais vulnerável ao nível interno do que pensamos na Europa.

Os últimos 30 anos foram exigentes em termos políticos, sociais e económicos. Os anos que aí vêm serão ainda mais.

A sessão plenária do Comité Central do PCC realizada em Outubro mostrou que os líderes chineses optaram por dar um passo em frente. Este passo envolve promessas como maior consumo económico em todo o país, mais construção e acesso a cidades, a habitação e educação pública, e um sistema jurídico que proteja mais as pessoas de abusos de poder público e privado. Ninguém sabe muito bem como é que estas medidas vão ser concretizadas, mas parece claro que o PCC decidiu que tem de arriscar, se quiser continuar a comandar politicamente os chineses.

A dúvida que fica no ar é saber se a nova versão de um Consenso de Beijing será suficiente para nos próximos anos levar a China até ao novo patamar político que o PCC e a sociedade desejam. Ninguém duvida que a China continuará a crescer do ponto de vista económico. Seria péssimo para os chineses, para os seus vizinhos e para a economia internacional que isto não acontecesse. A dúvida é saber se o tipo de crescimento que o país deseja é realmente possível sem empresas privadas, mercados privados descentralizados, liberdades políticas e direitos humanos. A história de outros países que fizeram nas últimas décadas a transição da pobreza para a classe média indica que não é. O Consenso de Beijing será quase de certeza um obstáculo político na nova fase da economia chinesa.

Aqui, o mais interessante não será tanto o que vai ser decidido em Beijing, mas sim o que vai acontecer nas províncias. E será interessante por uma razão que tem a ver com a geografia e a história chinesas. Correndo o risco de exagerar, o país chamado China não existe. O que existe são várias Chinas bastante descentralizadas. E, tal como aconteceu com as dinastias imperiais ao longo da história e durante a república na primeira metade do

século xx, o grau de controlo de Beijing sobre o que estas Chinas fazem é bem menor do que julgamos.

Uma das consequências mais prováveis da corrida da economia chinesa em direcção ao seu novo patamar será a diminuição da influência do centro político sobre as elites políticas e económicas das províncias. A inovação política de que a China precisa para continuar a evoluir virá provavelmente daqui. O mesmo se diga de eventuais revoltas. As capas dos livros, os títulos das primeiras páginas dos jornais e revistas nacionais e internacionais sobre os acontecimentos dos últimos anos escondem uma história turbulenta e muito violenta. Esta história pode não nos interessar, mas continua a assombrar a sociedade chinesa e aqueles que têm dirigido os destinos do país. A China não é uma folha em branco onde é possível começar de novo. Mao e os seus camaradas revolucionários acreditaram que era e conduziram o país para uma das maiores catástrofes humanas do século xx. Mais tarde ou mais cedo, o PCC ou os chineses terão de escolher entre um modelo político como o actual ou um outro em que as liberdades políticas e os direitos humanos desempenharão um papel mais importante.

Este estado de coisas torna o livro de Raquel Vaz-Pinto extremamente actual e interessante. O objectivo da autora não é a história da China contemporânea, mas sim a evolução dos direitos humanos desde a abertura económica nos finais dos anos 70 do século passado. Raquel Vaz-Pinto conta esta história através do exemplo de cinco dissidentes: Wei Jingsheng, Liu Xiaobo, Han Dongfang, Gao Zhisheng e Hu Jia. A influência destes homens nos debates políticos chineses tem sido até agora muito pequena. A esmagadora maioria dos chineses não está interessada no destino destes e de outros dissidentes. A maior parte deles é muito pouco conhecida fora da China. No Velho Continente, quem é que no início de Outubro tinha

realmente ouvido falar de Liu Xiaobo e dos dissidentes referidos neste livro? Imagino que muito poucas pessoas. E, já agora, quem lembra os acontecimentos de Tiananmen e o seu legado político nos países europeus? Mais uma vez, suspeito que pouca gente. Mas conhecer as histórias dos dissidentes é importante para todos aqueles que, como Raquel Vaz-Pinto e o Comité Nobel Norueguês, acreditam que a liberdade e a democracia são valores universais.

Conhecer e divulgar a história dos dissidentes chineses também é importante por razões estratégicas. Cada vez que um destes nomes é referido, discutido, falado ou premiado a nível internacional, Beijing sofre uma derrota política pública e uma pressão para mudar um pouco. A diligência de Fu Ying junto de Geir Lundestad em Oslo, referida no início deste prefácio, visou evitar isso mesmo. A história das últimas décadas está cheia de exemplos de homens e mulheres que desafiaram, embaraçaram e derrotaram politicamente regimes ditatoriais e autoritários.

O desafio e o embaraço são armas políticas importantes. Especialmente quando se reage como Beijing reagiu ao anúncio da atribuição do Prémio Nobel da Paz de 2010 a Liu Xiaobo. Num artigo de opinião publicado no final de Outubro no *New York Times*, Thorbjorn Jagland, presidente do Comité Nobel Norueguês, defendeu que o governo chinês devia sentir-se orgulhoso pela atribuição do Nobel ao dissidente chinês. Para Jagland, o prémio mostra que a China é agora suficientemente poderosa para ser tema de debate e de crítica. Uma série de razões culturais e de política interna e externa levou os decisores chineses a fazerem exactamente o oposto. A reacção de Beijing mostra que a capacidade de atracção internacional da China ao nível do sistema político, dos direitos humanos e das questões normativas é menor do que geralmente se pensa. Este livro explica porquê.

INTRODUÇÃO

humano internacionalmente reconhecido. Se é certo que a maioria das democracias são abolicionistas, há excepções de peso como são os casos dos EUA, do Japão e da Índia. A excepção norte-americana é bastante importante, pois permite ao governo chinês reforçar a sua política externa de direitos humanos em relação ao Ocidente: dividir para reinar. Esta política tem sido habilmente prosseguida pelos decisores chineses quer em relação aos vários países membros da União Europeia quer entre estes e os EUA. Iremos neste capítulo analisar a evolução desta questão capital tendo em conta a prática e os argumentos do governo chinês. Atendendo à utilização em massa da pena de morte e aos casos de pessoas inocentes que são executadas, não fui capaz de me decidir por uma «cara» que ajudasse a contar esta história.

No fundo, a questão que subjaz a toda a discussão sobre o 4 de Junho de 1989 e o legado a que deu origem é a da importância da memória histórica. Saber o que verdadeiramente aconteceu tem sido uma dura batalha para muitos pais e mães que perderam os seus filhos nos dias 3 e 4 de Junho. Ding Zilin é uma dessas mães e ajudou a organizar o movimento Mães de Tiananmen, decalcado das Mães da Plaza de Mayo argentinas. Ding não pretende só saber o que aconteceu aos que morreram, mas também reabrir o veredicto oficial do 4 de Junho. Ding Zilin sabe, tal como outros dissidentes, que a memória histórica é fundamental para a vida colectiva, sobretudo numa ditadura. Dar nomes às vítimas é um passo muito importante para manter a sua memória e para evitar a amnésia colectiva vivida pelo PCC desde o 4 de Junho.

No entanto, a reabertura deste assunto tabu por parte do PCC, um dos três T — Tiananmen, Tibete e Taiwan —, implica uma reavaliação não só da actuação do Partido, mas sobretudo

de Deng Xiaoping. O próprio PCC aproxima-se de uma encruzilhada: a escolha da quinta geração de líderes em 2012. Esta, ao contrário das anteriores, não vai beneficiar daquilo a que se pode chamar a legitimidade directa ou indirecta da Longa Marcha. Este movimento foi a fundação mítica e épica do PCC e do seu exército na Guerra Civil contra o Guomindang de Chiang Kai-shek. Em 1934, de Jiangxi partiram cerca de 80 mil pessoas numa caminhada de 6440 quilómetros que terminou, em 1935, após inúmeras batalhas em Shaanxi⁴⁰. Desta Longa Marcha saíram a primeira e segunda geração de líderes: Mao Zedong e Deng Xiaoping. Deng escolheu os líderes da terceira e quarta gerações, nomeadamente, Jiang Zemin e o actual presidente, Hu Jintao. Estas duas gerações tiveram a bênção de Deng.

Há muitos pontos de interrogação no caminho que a China trilhará no século XXI: será que o estatuto de superpotência se tornará realidade? Será que existe de facto um modelo? Será que esse modelo é exportável para outros países? Sejam quais forem as respostas a estas perguntas, uma coisa é certa: o futuro de um quinto da população mundial e as suas «opções» em matéria de direitos humanos e de democracia liberal terão, como em muitas outras áreas, consequências globais. O massacre de Tiananmen foi um momento incontornável nas relações da China com o mundo e fundamental para tornar visível a tensão entre aqueles que defendem a concepção dos direitos humanos apenas como direitos do cidadão e, enquanto tal, uma concessão ou um privilégio atribuído pelo estado, e os que consideram os direitos humanos como prévios e limitadores do poder do estado. Vinte e um anos depois, a China continua uma ditadura de pedra e cal, mas as brechas abertas pelo 4 de Junho na Grande Muralha não estão ainda remendadas. Para além da superfície, há toda uma história e todo um legado que vale a pena conhecer.